

**REFLEXÕES SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIOESPACIAL E A CRISE
PANDÊMICA NO BRASIL**

***REFLEXIONES SOBRE LA VULNARABILIDAD SOCIOESPACIAL Y LA CRISIS DE
LA PANDEMIA EN BRASIL***

***REFLECTIONS ON SOCIO-SPATIAL VULNERABILITY AND THE PANDEMIC
CRISIS IN BRAZIL***



Felipe Alan Souza SANTOS¹
e-mail: felipesantosprof@hotmail.com



Jovenildo Cardoso RODRIGUES²
e-mail: jovengeo@yahoo.com.br

Como referenciar este artigo:

SANTOS, Felipe Alan Souza; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Reflexões sobre a vulnerabilidade socioespacial e a crise pandêmica no Brasil. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, e023002. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2023.8860>



| **Submetido em:** 27/07/2021
| **Revisões requeridas em:** 14/04/2022
| **Aprovado em:** 30/06/2023
| **Publicado em:** 14/08/2023

Editoras: Eda Maria Góes
Karina Malachias Domingos dos Santos
Roberta Oliveira da Fonseca

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém – PA – Brasil. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Participante do Laboratório de Estudo e Pesquisa sobre Habitação e Moradia (LAHAM).

² Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém – PA – Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Habitação e Moradia (LAHAM). Doutorando em Geografia (UNESP). Pós-doutorado (U.PORTO).

RESUMO: O primeiro caso de contágio da SARS-CoV-2 ocorreu na cidade de Wuhan, na China, em 12 de novembro de 2019. Desde então, a sua disseminação pelo mundo ocorreu rapidamente, agravada, inclusive, pelos fluxos de mercadorias e pessoas existentes na contemporaneidade. Além disso, a transitoriedade da pandemia de Covid-19, que vem atingindo os diversos países do mundo, é agravada, nitidamente, pelas desigualdades socioespaciais, que impactam e condensam as vulnerabilidades sociais. O objetivo do presente artigo é discutir a vulnerabilidade socioespacial brasileira na crise pandêmica. Metodologicamente, optou-se por uma revisão bibliográfica, classificada como Revisão Integrativa da Literatura (RIL), possibilitando a identificação, a síntese e a realização analítica da literatura de maneira ampla, sobre o tema. Concluiu-se, a partir dessa revisão, que as desigualdades socioespaciais presentes no Brasil acabam esticando o precipício da pobreza e da vulnerabilidade social, experimentada por parcela significativa da população. As condições precárias dos lares, a falta de estrutura sanitária, atrelada ao baixo acesso à renda, refletem uma maior incidência e letalidade da Covid-19 no país.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade. Crise sanitária. Covid-19.

RESUMEN: El primer caso de contagio del SARS-CoV-2 ocurrió en la ciudad de Wuhan, China, el 12 de noviembre de 2019, desde entonces su propagación por todo el mundo se ha producido de forma rápida, agravada incluso por los flujos de bienes y personas existentes en la época contemporánea. La transitoriedad de la pandemia Covid-19 que ha estado afectando a diferentes países del mundo se ve claramente agravada por las desigualdades socioespaciales que impactan y agudizan las vulnerabilidades sociales. El objetivo de este artículo es discutir la vulnerabilidad socioespacial brasileña en la crisis pandémica. Metodológicamente, se optó por una revisión de la literatura clasificada como Revisión Integrativa de la Literatura (EIR), que permitió la identificación, síntesis y realización analítica de la literatura sobre el tema de manera amplia. Por lo tanto, se concluye que las desigualdades socioespaciales presentes en Brasil terminan por aumentar el precipicio de la pobreza y la vulnerabilidad social que vive una parte importante de la población. Las precarias condiciones de los hogares, la falta de estructura sanitaria ligada al bajo acceso a ingresos, se reflejan en una mayor incidencia y letalidad de Covid-19 en el país.

PALABRAS CLAVE: Vulnerabilidad. Crisis sanitária. Covid-19.

ABSTRACT: The first case of SARS-CoV-2 occurred in Wuhan, China, on 12 November 2019. Since then, its spread throughout the world has been aggravated in contemporary times by the flow of goods and people. The transience of the Covid-19 pandemic, which has affected different countries, is clearly aggravated by socio-spatial inequalities that impact and condone social vulnerabilities. This article aims to discuss the Brazilian socio-spatial vulnerability in the pandemic crisis. Methodologically, we decided on literature review classified as Integrative Literature Review (ILR), to identify, synthesize and analyze the literature on the subject in a broad manner. It is therefore concluded that the socio-spatial inequalities present in Brazil end up stretching the precipice of poverty and of social vulnerability, experienced by a significant portion of the population, in which the precarious housing conditions, the lack of sanitary structure, connected to low income, reflects the higher incidence and Covid-19 lethality in the country.

KEYWORDS: Vulnerability. Health crisis. Covid-19.

Introdução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) revela que cerca de 2,2 milhões de domicílios brasileiros estão em condições irregulares, o que acaba possibilitando risco e contribui para a vulnerabilidade socioespacial. O estudo sobre a vulnerabilidade vem crescendo. Parte desse estudo se destaca no cenário nacional e internacional, sendo fruto do aprofundamento científico que busca incorporar ao entendimento e à discussão um olhar mais crítico, interativo e interdisciplinar sobre insegurança e exposição a riscos e perturbações, promovidas por eventos de caráter natural ou por mudança econômica. Desse modo, tornou-se pertinente compreender de que maneira a crise pandêmica da SARS-CoV-2 aprofundou a vulnerabilidade social de parcela expressiva da população brasileira. Assim, o objetivo do presente artigo é discutir a vulnerabilidade socioespacial brasileira na crise pandêmica.

Metodologicamente, ocorreu um levantamento bibliográfico em artigos publicados em variados periódicos nacionais, com qualis conceituados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), usando, como palavras-chave: “vulnerabilidade”, “desigualdade”, “Covid-19”. Os resultados encontrados foram categorizados e classificados segundo a aproximação com o tema proposto nesta pesquisa. Todos os artigos lidos tiveram uma abrangência de 10 anos e os direcionados para o entendimento da Covid-19 foram publicados no ano de 2020.

O presente artigo é composto por três partes, a primeira abordada a questão metodológica da pesquisa e a sua adaptação a metodologia de Revisão Integrativa da Literatura (RIL), a segunda permite o aprofundamento teórico do objetivo do artigo, articulando conceitos de urbanização e o percentual de vulnerabilidade social brasileira e a ampliação dos desafios de enfrentamento da crise pandêmica. E a última aborda as considerações sobre o material produzido e a visão do autor sobre os reflexos da pandemia no processo de vulnerabilidade socioespacial brasileira.

Conclui-se que são vastos os obstáculos a serem percorridos pelo Brasil, no enfrentamento da vulnerabilidade socioespacial. Nota-se, nas áreas periféricas, um adensamento abastado de carência de infraestrutura e de renda, o que vem contribuindo para o número de casos de pessoas infectadas com a Covid-19 no país.

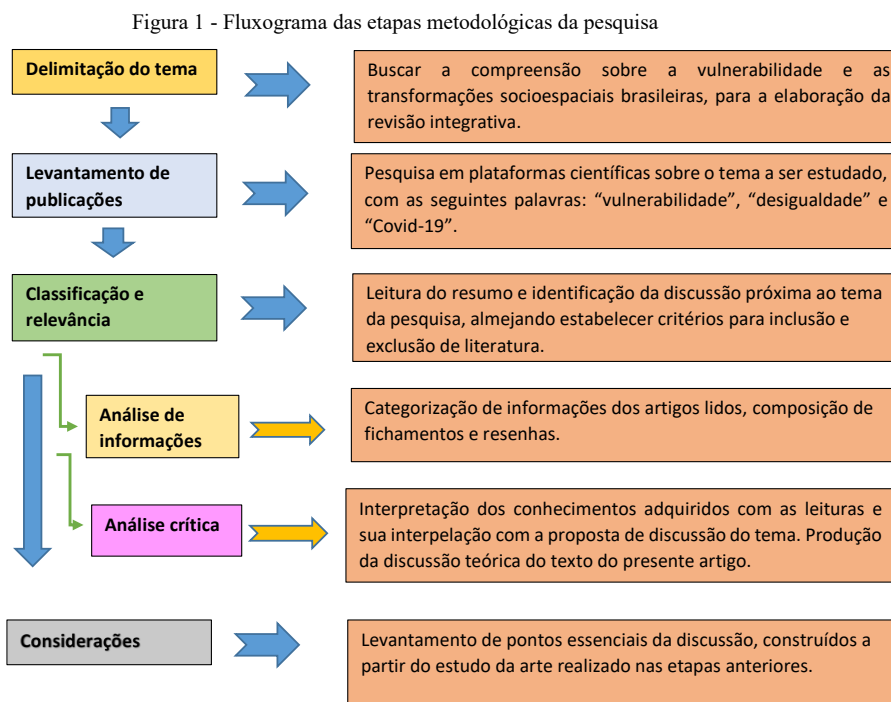
Metodologia

A presente pesquisa se enquadra na metodologia de Revisão Integrativa da Literatura (RIL), adaptada por Silveira (2005) e Galvão et al. (2004), que visa direcionar o debate crítico e aprofundado sobre um determinado tema ou conteúdo. Possibilita a identificação, a síntese e a realização analítica da literatura. Dentro dessa postura metodológica foram percorridas algumas etapas, a saber: delineamento do tema em estudo, levantamento das publicações científicas sobre o tema estudado, relevância dos artigos classificados no estudo, análise das informações e coletas seletivas de informações dos artigos pesquisados, debate do estudo da arte sobre as discussões pertinentes ao tema de pesquisa e inserção de análise crítica no debate, na produção textual e nos resultados da pesquisa.

Iniciou-se pelo levantamento de artigos com tema próximo ao da pesquisa, o material foi coletado em revista científicas com classificação de qualis B e A, assim como, em plataforma de armazenamento de dados de centros de pesquisas e universidades. Posteriormente, os artigos com maior relevância para o tema da presente pesquisa foram selecionados, lidos e categorizados.

Segue abaixo um fluxograma sobre as etapas metodológicas de execução da pesquisa:

Figura 1 – Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa



Fonte: Autoria própria.

Fonte: Elabora pelos autores

Reflexos Pandêmicos no Brasil: Crise e vulnerabilidade Social

No contexto do desenrolar da pandemia de Covid-19, que atinge diversos países do mundo, alguns aspectos das desigualdades socioespaciais se intensificam, resultando na emergência de questões que assolam os novos tempos e no agravamento de diversas vulnerabilidades sociais (BERNARDES, 2020, p. 01).

Historicamente, a humanidade vivenciou diferentes endemias e pandemias, que significativamente incidiram de modo mais severo na classe mais pobre. Desde a peste bubônica, no século XIV, à Covid-19, na contemporaneidade, os grupos sociais marginalizados têm experimentado os piores reflexos e a onipotência do Estado sobre o enfrentamento da pandemia, fato que se justifica pelas más condições de vida dessa população, que se apresenta como grupo de risco, com farta escassez de acesso a equipamentos de saúde, renda e educação e, portanto, em vulnerabilidade social (HARVEY, 2020; ALMEIDA, 2011).

O termo vulnerabilidade origina-se do verbo latim “Vulnerare”, que é entendido como ação de ferir, penetrar. Etimologicamente, entendemos o seu significado como a predisposição a desordens ou a susceptibilidade a algum estresse. Portanto, a vulnerabilidade refere-se a suscetibilidades dos indivíduos ou de um determinado grupo de sofrerem ou não, conseguirem responder às consequências negativas sofridas durante um determinado evento. Para Janczura (2012, p. 302), “a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente, sem risco, vulnerabilidade não tem efeito”.

A vulnerabilidade perpassa a deterioração da vida, devido ao estresse ou risco ambiental e pela ausência de suporte social, experimentado, de forma individual ou coletiva, por um determinado grupo. Dessa maneira, a predisposição a sofrerem mais agressivamente com os impactos oriundos do risco, como, por exemplo, a crise pandêmica global, deliberou a identificação da vulnerabilidade de grande parcela da sociedade planetária.

No mundo, o primeiro caso de contágio da SARS-CoV-2, popularmente chamada de coronavírus, ocorreu na cidade de Wuhan, na China, em 12 de novembro de 2019. Desde então, a sua disseminação pelo mundo ocorreu rapidamente, promovida, inclusive, pelos fluxos de mercadorias e pessoas na era da globalização. Para Davis (2020), a Covid-19 apresenta características globais. Em um cenário no qual os movimentos de produtos, serviços e pessoas são cada vez mais rápidos, também há a proliferação de doenças e, assim, chegamos à estatística de que quase todos os países do mundo, em março de 2020, possuíam casos de pessoas infectadas com a Covid-19 (OMS, 2021). Rodrigues (2020) comenta que o primeiro caso no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020 e tomou proporções alarmantes. Em 12 de

janeiro de 2023, o quantitativo chegou a 695,088 mil mortos pela doença no país (BRASIL, 2023).

A classificação de uma situação pandêmica em escala mundial foi deflagrada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), no dia 11 de março de 2020. O governo brasileiro determinou estado de calamidade pública devido a Covid-19 no dia 20 do mesmo mês, a partir do decreto legislativo do Senado Federal Brasileiro (BRASIL, 2020), três dias após o registro do primeiro óbito ocorrido no país.

A transitoriedade da pandemia de Covid-19, que atingiu diversos países do mundo, foi e é agravada, nitidamente, pelas desigualdades socioespaciais, que impactam e condensam as vulnerabilidades sociais. Logo, é profícuo expor, neste momento, uma valiosa crítica de Martins (2020, online). Ele afirma que “a pandemia é imprevisível. Economia que subestima as carências da sociedade, não”. Assim, torna-se necessário uma articulação econômica sólida, que ao experimentar um período de turbulência e de pandemia como foi a da Covid-19, o sistema econômico responda efetivamente. As desigualdades e a exclusão social, resultantes da política econômica e social trilhadas pelo Brasil contribuíram para o aumento da vulnerabilidade, repercutindo condições significativas para a incidência letal da Covid-19.

A epidemia não se encaixa no modelo econômico adotado no mundo sob influência do neoliberalismo. Nem no presente nem no futuro. Antes do vírus começar a matar, as carências e imprevidências desse modelo já haviam começado a preparar-lhe o caminho (MARTINS, 2020, *online*).

A OMS revela que a qualidade de vida do indivíduo ou de um grupo está diretamente relacionada ao acesso à renda. O desigual acesso à renda gera o que o organismo chama de “Iniquidade em Saúde”, estando está diretamente ligada aos determinantes sociais da saúde (ALVES, 2006). Silva (2020, p. 01) expõe que o termo é utilizado para resumir as forças sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais mais amplas que influenciam as condições de vida das pessoas.

O dismantelo de acesso à saúde não pode ser enfrentado sem combater as desigualdades socioespaciais. Desse modo, corroborando com Santos (2020), é necessária a busca por uma equidade e justiça social, que devem emergir com uma governança que se apresente intersetorial e multiescalar, que inclua, em seus princípios, além da dimensão econômica, a dimensão social e ambiental.

No Brasil, a situação caótica, em parte, pode ser explicada pelo caráter subjetivo das desigualdades sociais e espaciais, pois, se no território já se percebia a vulnerabilidade social

dos grupos mais carentes, a crise sanitária da SARS-CoV-2 ampliou ainda mais o abismo da extrema pobreza. Isso porque a fome, o aluguel, as contas a serem pagas no final do mês parecem não perceber o desenrolar perverso da pandemia nas condições de vida e saúde nos grupos mais pobres.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), após uma varredura nos decretos estaduais da cidade do Rio de Janeiro, depois do primeiro mês pandêmico, enfatizou que a combinação entre a crise econômica, política, sanitária e a vulnerabilidade social fez florescer incertezas, cujas mitigações são desconhecidas e escancaram a fragilidade econômica e social do país (LEIVA, 2021).

Santos (2020), em sua pesquisa sobre a grave vulnerabilidade e a questão da Covid-19, evidenciou as áreas de maior vulnerabilidade e os casos mais graves da doença, na cidade do Rio de Janeiro, caracterizada socioespacialmente como intensamente heterogênea e complexa. Os resultados dessa pesquisa demonstraram que as áreas fortemente impactadas com a proliferação e susceptíveis aos agravos são aquelas que apresentavam maior vulnerabilidade, como as regiões Norte e Oeste na capital carioca, porém também foi observado que, em áreas nobres que apresentam comunidades carentes, a frequência de contágio pelo vírus também foi exorbitante. O autor expõe que os “estudos apontam para o acometimento de grupos populacionais desproporcionalmente expostos ao risco de adoecimento por doenças respiratórias, em função de suas condições de vida e situação de saúde”. (SANTOS, 2020, p. 02).

O Brasil apresentou dificuldades em controlar a disseminação da SARS-CoV-2. Uma constatação teórica para essa afirmação pode partir dos referenciais teóricos discutidos na presente pesquisa, pois o Brasil, sob o governo de Jair Bolsonaro experimentou uma posição negacionista em relação a gravidade da pandemia e, até certo ponto, caminhou contrariamente às estratégias de enfrentamento da pandemia de Covid-19 adotadas por outras nações. Tais estratégias internacionais incluem a consolidação de estrutura de governança e coordenação nacional, a adoção de medidas para conter o contágio (lavar as mãos, usar máscaras), o fortalecimento do sistema de saúde, a promoção de políticas de proteção social e produtiva e a última, porém não menos importante, a consolidação de um canal direto com a sociedade, com o objetivo de garantir transparência em relação às decisões e à promoção da saúde, a partir da educação, prevenção e governança (SILVA, 2020, *online*).

O negacionismo e as políticas às avessas contribuíram exponencialmente para a crise sanitária brasileira. A dúvida adesão entre as medidas adotadas para o enfrentamento da

pandemia e a realidade vivenciada pela sociedade brasileira no campo político, cultural, econômico e social direcionam para um crescente aumento de incidência e das taxas de mortalidade.

Uma pandemia envolve importantes condicionantes de ordem epidemiológica, como as causas das epidemias, sua natureza, seus sintomas e formas de propagação, sua frequência, sua incidência e taxas de mortalidade, seu desenvolvimento e meios de tratamento e prevenção (SILVA, 2020, *online*).

Corroborando com Silva (2020), Bernardes (2020) e Martins (2020), é importante entender que os fatores de ordem social, econômica e política que incidem sobre a promoção da saúde da população encontram-se condicionados à pobreza e à vulnerabilidade social vivenciadas pela sociedade. Nesse sentido, a consolidação do mundo globalizado e a emergente troca dos mais variados lugares dos seus recursos naturais, econômicos e sociais escancaram a possibilidades de ampliação das distorções e desigualdades (HARVEY, 2020; BERNARDES, 2020).

As distorções ao enfrentamento da pandemia pelo governo federal brasileiro desarmonizaram as condutas dos governadores e prefeitos das unidades federativas do Brasil, resultando, em alguns lugares, em maior rigidez frente às medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia, como fechamento do comércio, barreiras sanitárias nas fronteiras e acompanhamento dos seus dados pandêmicos. Em outros, apesar da crise, observou-se uma maior flexibilização das medidas e um descrédito inclusive das diretrizes científicas fornecidas pela Organização Mundial da Saúde ou das instituições sanitárias nacionais, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O descompasso de gestão aprofundou ainda mais o abismo experimentado pela classe mais pobre e atestou, portanto, no cenário do país, suas desigualdades sociais ao massificar as precárias condições de vida e a baixa renda de um percentual expressivo da população, tornando inexecutável, inclusive, a mínima profilaxia de prevenção à Covid-19, como o uso de máscara e a lavagem das mãos com sabão e água.

É notório perceber que a população mundial vivenciou uma crise aguda durante o período mais crítico da pandemia, visto que não havia um modelo único de combate à Covid-19 praticado pelos vários países, de maneira integral e homogênea. A Covid-19 também atingiu as classes econômicas mais altas no Brasil. Turistas brasileiros que visitaram a Europa, ao retornarem para suas cidades de origem, acabaram disseminando o vírus nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, na região Sudeste, e no Nordeste, na cidade de Fortaleza/CE

(VÉRAS, 2010; MARTINS, 2021). Porém, como algo lampeiro, atingiu exponencialmente as camadas e áreas mais pobres, tendo, nas periferias das grandes cidades, um campo fértil e disseminador do vírus, devido à incipiente oferta de infraestrutura sanitária e econômica e às precárias condições de moradias. Isso porque há famílias numerosas que dividem um único cômodo, sendo que parcela delas não possuem nenhum banheiro, o que interfere negativamente na prática de profilaxia de combate e defesa da saúde frente à pandemia da SARS-CoV-2 (SANTOS, 2020; SILVA, 2021).

Os grupos em vulnerabilidade social são aqueles que apresentam uma renda baixa e gozam de uma alta privação, e, por tal constatação, acabam ocupando áreas insalubres nas cidades, como as áreas de riscos ou de degradação ambiental, com desacertos de infraestrutura sanitária e de transporte. Com isso, ocorre também a ocupação irregular de encostas, área propícia a alagamento e desmoronamento de terras (VÉRAS, 2020). Corroborando com essas questões, “estima-se que 20% da população mundial não tem acesso a água potável e 50% não dispõe de saneamento adequado” (IHDP, 2001).

As cidades brasileiras sofreram um processo de urbanização muito rápido, assim como também foram abruptos a intensa degradação ambiental e os problemas socioespaciais. Conseqüentemente, tem-se uma desigualdade de acesso à renda, ao emprego, aos terrenos urbanos privilegiados, que necessitam da aquisição do capital (GALVÃO, 2044; DAVIS, 2020).

Como expõe a professora Véras (2010, p. 35): “A cidade capitalista é moldada pelo interesse do capital, utilizando o solo urbano como o empresário empregou a máquina, a serviço da acumulação”. O êxodo rural crescente e a falta de oportunidade acabaram resultando no adensamento populacional em áreas irregulares. Logo, houve a proliferação de bairros periféricos, cujo dinamismo de crescimento não foi acompanhado com políticas públicas para melhorar as infraestruturas necessárias nesses locais. A população dessas áreas residentes passou a conviver com diferentes impactos e exclusões, o que levou a mesma a desfrutar de condições de vulnerabilidade.

O padrão segregador da urbanização brasileira; o crescimento nas periferias metropolitanas é muito maior que os núcleos, revelando a impossibilidade da maior parte da população ter acesso às áreas equipadas, agravando as condições de vida (GRAZIA; QUEIROZ, 2001, p. 24).

O exposto anteriormente passa a representar uma importante análise porque revela como a questão socioespacial brasileira está associada à velocidade de contaminação da Covid-19,

principalmente levando-se em conta a demora em admitir e implementar medidas que almejassem diminuir a disseminação da doença. Pontualmente, dois fatores serão discutidos quanto à elevada incidência da doença na periferia: o primeiro refere-se ao efêmero papel contraditório dos transportes públicos e a disseminação da doença e o segundo envolve a estrutura dos lares nas áreas pobres brasileiras.

Proliferação de doenças nas periferias do Brasil: breve debate sobre a Covid-19

Leiva (2020), discute a relação socioespacial antagônica existente no Brasil, onde as pessoas com maior poder aquisitivo e que residem em lares salubres e próximos ao seu local de trabalho usam transporte individual. Criticam a falta de estrutura dos meios de transportes coletivos urbanos no que se refere à quantidade de pessoas que transportam e à frequência de violência e precarização. Expõem que o processo de interiorização da Covid-19 para as diferentes áreas metropolitanas mais longínquas das cidades pode ter sido resultante da insalubridade da frenética utilização de transporte público em tempos de pandemia. Portanto, chamam a atenção para o fato de que o uso do transporte público coletivo, sem o devido exercício dos protocolos de segurança sanitária, contribui para a proliferação da Covid-19. Os autores expõem um estudo realizado por Harris (2020), que constatou que o metrô de Nova Iorque foi o principal disseminador da doença na cidade.

Outro ponto profícuo para a discussão é entender as questões sanitárias de parcelas significativas dos lares das periferias brasileiras. Apresentam-se com deficiência de oferta de rede de esgoto e água tratada, além de apresentarem pouca ou nenhuma salubridade. Como são construções impróprias e, em muitos dos casos, com o crescimento da família, erguem-se novos sobrados em um pequeno terreno, inexistente a aplicabilidade de conhecimentos de engenharia e arquitetura que prezam pela eficiente fundação e salubridade das casas (JANCZURA, 2021; SILVA, 2021).

A prática de construir sem uma fiscalização ou procedimentos técnicos adequados acabam fazendo com que essas residências se tornem ambientes propícios para a propagação de diferentes tipos de doenças, principalmente respiratórias, e, no caso da Covid-19, esse fenômeno é ainda mais potencializado, uma vez que, segundo o IBGE (2020), muitas residências são ocupadas por um número maior de pessoas se comparado ao suporte sanitário que as mesmas poderiam receber.

Essas pessoas acabam ocupando, em muitos casos, subempregos ou trabalham na informalidade. Não tiveram o direito de manter-se em quarentena, pois precisaram sair de suas casas para trabalhar e garantir o seu sustento e de suas famílias. Com isso, tornaram-se ainda mais susceptíveis à disseminação da Covid-19 (GARCIA, 2001, SILVEIRA, 2005).

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (2020) expõe, no seu Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19, que alguns grupos sofreram com o maior índice de letalidade da doença, como os grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e mulheres, atestando o que até o momento foi exposto. Silva corrobora afirmando que “as mulheres, maioria nos serviços de enfermagem, no cuidado de idosos e na atenção aos doentes no âmbito doméstico, também têm sido mais afetadas pela pandemia”. (2020, p. 3).

Um entendimento é imprescindível: a crise pandêmica não é democrática e vem varrendo, com dor e sofrimento, os lares dos brasileiros, asseverando o contágio nas mais diversas áreas do território do Brasil e, principalmente, nas áreas periféricas. Assim, são negados aos seus ocupantes o direito e a oportunidade de lutarem pela manutenção de suas próprias vidas.

Conclusões

Os resultados deste trabalho demonstraram que a desigualdade e a vulnerabilidade social nas cidades brasileiras acabaram ampliando a incidência da Covid-19 nas áreas periféricas. Outro fator incisivo no debate do artigo foi a ineficiência e a postura negacionista adotada pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que não promoveu políticas públicas básicas para o enfrentamento da pandemia nas esferas sanitária e educacional. Essa posição promoveu o descrédito do conhecimento científico por parte da sociedade, incidindo sobre o uso de equipamentos de prevenção ao vírus.

Este artigo ressaltou a necessidade de utilização de medidas sanitárias no combate à Covid-19 e discutiu como a população da periferia enfrentou de maneira desigual a crise pandêmica. Isso porque essa população ocupa em muitos dos casos áreas com deficiente infraestrutura sanitária, além de possuir renda baixa e residir em construções inadequadas para o bem-estar. Por causa dessa condição, agravada inclusive com a ameaça do aumento do desemprego, foi negada a essas pessoas a possibilidade de fazerem quarentena, de modo que mitigassem o risco do contágio.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. Q. de. Por uma ciência dos riscos e vulnerabilidades na geografia (A science of the risks and vulnerabilities to geography). **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 83-99, nov. 2011.
- ALVES, H. P. da F. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulista**: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. São Paulo, v. 23, n. 1, 2006.
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco**. Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da COVID-19. Rio de Janeiro: Abrasco, 2020.
- BERNARDES, J. A. *et al.* Geografia e covid-19: neoliberalismo, vulnerabilidades e luta pela vida. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19, p. 188-205, maio 2020.
- BRASIL**. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- DAVIS, M. *et al.* **Coronavírus e a luta de classe**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **A gestão de riscos e governança na pandemia por Covid-19 no Brasil**: Análise dos decretos estaduais no primeiro mês. Relatório Técnico e Sumário Executivo. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP/CEPEDES, 2020.
- GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências da enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 12, 2004, p. 549-456.
- GRAZIA, G. *et al.* **O desafio da sustentabilidade urbana**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001.
- HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de Covid-19: coronavírus e a luta de classes. In: DAVIS, M. *et al.* (org.). **Coronavírus e a luta de classes**. [S. l.]: Terra sem Amos, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (IBGE). **PNAD-Covid-19**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acessado em: 12/10/2020.
- IHDP. Newsletter of International Human Dimensions Program on Global Environmental Change, Bonn, n. 2, 2001.
- JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2012, p. 301-308. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173>. Acesso em: 05 maio 2021.

LEIVA, G. de C.; SATHLER, D.; ORRICO, R. D. Estrutura urbana e mobilidade populacional: implicações para o distanciamento social e disseminação da Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 2020. DOI: 10.20947/S0102-3098a0118.

MARTINS, J. de S. Na fila de espera. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, 18 abr. 2020. Entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598154-na-fila-de-espera-artigo-de-jose-desouza-martins>. Acessado em: 28 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Diminuindo diferenças: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde. Documento de Discussão da Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2011. Rio de Janeiro: OMS, 2011.

SANTOS, F. A. S.; RODRIGUES, J. C. Mídias jornalísticas e o debate sobre educação ambiental, de professores da rede de educação básica de Sergipe: contribuições e interpretações. **Revista de Geografia**, Recife, v. 37, n. 3, 2020, p. 347-362.

SANTOS, J. P. C. dos. Vulnerabilidade e formas graves de Covid-19: uma análise intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, 2020.

SILVA, S. A. da. **Pobreza e vulnerabilidade social no âmbito da pandemia de Covid-19**. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-de-covid-19>. Acessado em: 20 maio 2021.

SILVEIRA, R. C. C. P. **O cuidado de enfermagem e o caráter de Hickman**: a busca de evidências. 2005. (Dissertação de Mestrado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

VÉRAS, M. P. B. Cidade, vulnerabilidade e território. **Revista Ponto-e-vírgula**, v. 7, 2010.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Formatação e normalização.

